

## **O RETORNO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO NO RIO DE JANEIRO: uma luta que merece ser pautada!**

Otair Fernandes de Oliveira<sup>1</sup>  
Antonio de Ponte Jardim<sup>2</sup>

Será introduzida, como disciplina obrigatória, nos currículos de 2º grau, da rede pública e privada, em todo o território do Estado do Rio de Janeiro, a Sociologia.

(Parágrafo 4º do Artigo 317, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 05 de outubro de 1989, pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro)

### **1 – Considerações iniciais**

O retorno da sociologia no ensino médio brasileiro data desde os fins dos anos oitenta como resultado das pressões do movimento social organizado, sobretudo, dos sociólogos ou cientistas sociais, fruto do intenso processo de mobilização e participação política da sociedade civil em prol da instalação do regime democrático e do exercício da cidadania, após um longo período da ditadura militar.

A inscrição da Sociologia como disciplina obrigatória em todas as escolas (públicas e privadas) representa o reconhecimento legal do conhecimento das ciências sociais como parâmetro fundamental na formação do jovem brasileiro enquanto ser humano, bem como a valorização de uma educação humanística e cidadã, há muito menosprezada e negligenciada na nossa sociedade.

O presente artigo tem como principal objetivo revelar, mesmo de forma breve, um pouco da história recente da luta pela implantação dessa disciplina, particularmente no Estado do Rio de Janeiro, que teve como principal protagonista a Associação Profissional dos Sociólogos do Rio de Janeiro – APSERJ. Trata-se de uma história caracterizada por avanços e retrocessos que caracterizaram uma trajetória que merece ser pautada por tudo que representa em um contexto sócio-político ambíguo e contraditório que marca o processo de democratização do Estado brasileiro, especificamente no campo das políticas educacionais desde os anos oitenta.

---

<sup>1</sup> - Otair Fernandes de Oliveira, sociólogo, doutor em Ciências Sociais pelo PPCIS/UERJ, ex-militante da APSERJ.

<sup>2</sup> - Antonio de Ponte Jardim, sociólogo, doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, ex-diretor da APSERJ.

Nesse contexto, o caminho tomado pela luta do retorno da sociologia nos currículos escolares do ensino médio foi tortuoso dentro das vias possíveis conforme a conjuntura da época, mas que aos poucos foi legalmente alcançando êxito, a partir dos estados e, posteriormente, em todo país, de forma obrigatória. Mas, este fato, não garante a efetivação de uma prática pedagógica de ensino em que as ciências sociais possam ser úteis na formação do jovem brasileiro.

A seguir apresentaremos, ainda que de forma breve e embrionária, um pouco da trajetória conturbada do ensino da sociologia no ensino médio brasileiro, para depois ressaltarmos algumas questões teóricas e metodológicas que têm implicações na prática do professor de sociologia. A elaboração deste texto é uma forma de valorizar aqueles que direta e/ou indiretamente fizeram parte dessa história de luta.

## **2 – O Ensino da Sociologia no Ensino Médio: uma trajetória conturbada**

A inclusão da sociologia nos programas escolares no Brasil remonta a época da difusão do positivismo (século XIX) e ocorreu sob forte influência cultural francesa na educação brasileira. O modelo educacional adotado nas escolas normais<sup>3</sup> copiava o modelo francês e seguia a orientação da Escola Objetiva Francesa de Émile Durkheim passando a ser influenciada posteriormente pelo pragmatismo de John Dewey. Fora desse circuito, tem-se notícia da introdução da disciplina na grade curricular do Colégio Pedro II, em 1927.<sup>4</sup>

Cabe lembrar, que a educação pública nessa época era para uns poucos e a maioria da população brasileira estava excluída. Soma-se a isso, o fato de que a educação pública estava em processo de organização nacional mediante reformas governamentais, conforme as mudanças na direção política do país. Nesse contexto, os anos 30 do século passado foram especiais para o ensino da sociologia caracteriza pela sua institucionalização nas escolas secundárias e no ensino superior. Como disciplina a sociologia passou a integrar a grade curricular do Curso Complementar, criado a partir da Reforma Francisco Campos, e a fazer parte integrante do exame do vestibular<sup>5</sup>. No campo acadêmico, a sociologia passou a fazer

<sup>3</sup> - As escolas normais foram fundadas para melhorar a formação dos professores. Por volta das décadas de 1860, 70 e 80 varias províncias criaram suas escolas normais (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e São Paulo). Porém, a primeira escola foi fundada em 1835 no Rio de Janeiro, a Escola Normal de Niterói, mas teve vida breve fechando em 1849.

<sup>4</sup> - Documento do Departamento de Sociologia e Educação Comunitária do Colégio Pedro II, in mimeo.

<sup>5</sup> - Neste momento, a educação brasileira se organizava nacionalmente mediante ação planejada do Estado. A frente do Recém criado Ministério da Educação e Saúde estava o mineiro Francisco Campos que promoveu uma reforma educacional que organizou o ensino em âmbito nacional e estruturou as universidades, a partir de 1931 e 1932. O ensino secundário passou a ter de dois ciclos: um fundamental, de cinco anos, e outro complementar, de dois anos, este ultimo visando a preparação para o curso superior, exceto para os destinados a Faculdade de Filosofia. A reforma também instituiu três institutos superiores, incluídos os de Direito, de Medicina e de

parte da formação da intelectualidade brasileira tanto de direita quanto de esquerda, principalmente paulista, de idéias liberais e democráticas, a partir da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política (ESP), em 1933, de influência da sociologia americana, e da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras<sup>6</sup>, em 1934, de influência da sociologia francesa. O país vivia um momento de grandes mudanças e transformações na sua estrutura econômica, política e social que teve como resultado a ascensão da burguesia nacional, o incremento da industrialização, a estruturação político-administrativo do Estado em moldes moderno, a descentralização do sistema do ensino brasileiro, dentre outros aspectos.

Porém, a despeito da centralização política e do autoritarismo implantado pelo Estado Novo (1937-1945)<sup>7</sup> por Getúlio Vargas, a sociologia deixou de ser ministrada nas escolas secundárias do país e a não ser mais exigida no exame vestibular, a partir de 1942, em decorrência da Reforma Capanema que criou as Leis Orgânicas do Ensino mediante Decretos-lei, representando um retrocesso na política educacional brasileira<sup>8</sup>. Em contraste, no ensino superior, o desenvolvimento da sociologia ocorreu justamente com a industrialização e a centralização do poder pelo Estado Novo. Após a Reforma Capanema, o ensino da sociologia ficou restrito às Faculdades de Filosofia, aos cursos de Didática (Sociologia Geral Sociologia da Educacional), de Pedagogia e de Ciências Sociais. Os anos 30 foi um período áureo para a Sociologia no Brasil e serviu como base para o pensamento sociológico brasileiro de cunho acadêmico. Somaram nessa direção, as contribuições sócio-antropológicas de alguns brasileiros e acadêmicos estrangeiros.<sup>9</sup>

---

Engenharia ou, no lugar de um deles, a Faculdade de Educação, Ciência e Letras. Cabe lembrar que a Reforma Francisco Campos foi inspirada no “escolanovismo” que no Brasil mobilizou um grupo de educadores que em 1932 lançou à nação o [Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova](#), redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores da época. Em 1934, a nova Constituição (a segunda da República) dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos.

<sup>6</sup> - Deu origem a Universidade de São Paulo (USP).

<sup>7</sup> - No contexto político o estabelecimento do Estado Novo, segundo a historiadora [Otaíza Romanelli](#), fez com que as discussões sobre as questões da educação, profundamente ricas no período anterior, entrassem "numa espécie de hibernação". As conquistas do movimento da escola nova, influenciando a Constituição de 1934, foram enfraquecidas na Constituição de 1937. As mudanças promovidas pela ditadura Vargas marcam uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas.

<sup>8</sup> - A gestão do Ministro Gustavo Capanema, o Ministério da Educação e da Saúde promoveu mudanças que reestruturou o ensino secundário no país, dentre outras. O ensino secundário passou a ter dois segmentos: Ginásial (4 anos) e Colegial (3 anos), este último dividido em Clássico (predominava o ensino de humanidades) e Científico. Com esta Reforma o ensino Colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, passando a ser mais de formação geral. A Reforma criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e valorizou o ensino profissionalizante.

<sup>9</sup> - Destacam nesse período estudos e pesquisas no campo da Etnologia, Etnografia e Antropologia tanto de brasileiros quanto de estrangeiros. Entre os primeiros destacam os estudos de Gilberto Freire, Roquete Pinto, Heloisa Alberto Torres, Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edson Carneiro e Costa Pinto. Entre os acadêmicos estrangeiros, são destaques as contribuições dos estudos de Radcliffe Brown, Lynn Smith, Kalervo Obeg, Williard Quine, Wegley, Roger Bastide, Pierre Defontaines, dentre outros.

Entre os anos de 1940 e 1960, o país assistiu o fortalecimento da sociologia acadêmica, isto é, área de conhecimento científico capaz de compreender a realidade brasileira pelo ao alcance das teorias sociológicas. Conhecido como o período da redemocratização do país teve como marca a ausência da sociologia na maior parte das escolas secundárias existentes, por um lado; e por uma rica produção de estudos e pesquisas de tendências teóricas e metodológicas diversas, mas que buscavam, em geral, denunciar as desigualdades sociais, as relações de domínio e de opressão, a exploração entre as regiões, classes e países contribuindo para a consolidação de um pensamento sociológico brasileiro, em particular para um pensamento social crítico e revelador de conflitos sociais<sup>10</sup>, num contexto de mudança. Nesse período, o Brasil adquiriu consciência da sua complexidade, ao mesmo tempo em que buscava descobrir a sua singularidade. O problema é que a grande parte dessas formulações era de cunho acadêmico e ficavam restritas um ambiente de letrados privilegiados.

A Sociologia extinta do Ensino Secundário (hoje Médio) pela Reforma Capanema teve sua situação inalterada mesmo com o advento da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, Lei 4024, que não a reintroduziu. Com isso, o ensino da disciplina continuava restrito ao Curso Normal.

A Reforma Educacional promovida pelo regime militar, de forma autoritária, elaborou uma nova LDB em 1971, Lei 5692, piorando ainda mais a situação do ensino da sociologia nas escolas secundárias do país, dificultando ainda mais o seu retorno, pois o país novamente atravessava um processo de concentração de poder, o que sem dúvida significa outro retrocesso das políticas educacionais em relação ao período anterior<sup>11</sup>. Como agravante dessa situação, a Reforma autoritária introduziu as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC), de Organização Social e Política Brasileira (OSP) e criou as licenciaturas curtas em Estudos Sociais, dentre outras medidas.

No campo acadêmico e do pensamento sociológico brasileiro destaca-se a emergência de uma sociologia revolucionária, a partir do engajamento de professores e alunos dos cursos de Ciências Sociais nos diversos movimentos sociais e organizações políticas (partidárias, populares, outros) e contribuíram na luta contra o regime militar. Como resposta, a repressão

---

<sup>10</sup> - Destacam no conjunto de produção acadêmica nesse período, os estudos de Antonio Cândido, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, dentre outros.

<sup>11</sup> - A Lei 5692/71 reestruturou completamente o ensino no país criando os Ensinos de 1º. e 2º. Graus. O primeiro unificou o ensino primário com o primeiro ciclo do ensino secundário (ginásial), em oito anos, e o segundo unificou as escolas profissionalizantes com alguns ramos dos cursos colegiais, valorizando a habilitação profissional. A profissionalização obrigatória do ensino de 2º. Grau foi efetivada mediante a implantação de disciplinas profissionalizantes, porém com muitas críticas e dificuldades.

política aos professores e universitários implicando em aposentadorias compulsórias, em exílios e prisões provocaram mudanças, de forma violenta, no desenvolvimento do pensamento sociológico brasileiro e do ensino da Sociologia no país.<sup>12</sup>

Mesmo sob o regime autoritário os cursos de Ciências Sociais continuaram a existir, apesar dos expurgos sofridos pelo ensino superior e secundário, e em alguns órgãos de governo especialmente federal que contratavam sociólogos como técnicos e analistas em assuntos sócio-econômicos. A ironia reside no fato de que apesar das restrições impostas, jovens oriundos das camadas populares passaram a ter acesso ao ensino superior com a proliferação das faculdades privadas, inclusive na área das Ciências Sociais, especialmente licenciatura.

### **3 – A luta pelo retorno da sociologia no Rio de Janeiro**

Os anos oitentas representaram um momento singular de suma importância na retomada da luta pelo retorno do ensino da sociologia no ensino médio brasileiro devido a mobilização e a organização dos cientistas sociais (sociólogos, geógrafos, historiadores e filósofos) em vários estados brasileiros, principalmente aqueles que tinham uma postura mais crítica e engajamento político cujo compromisso estava relacionado com a luta contra o autoritarismo e a instalação do regime democrático no país. Tínhamos uma conjuntura política favorável marcada pelo gradual avanço eleitoral da oposição ao regime militar, o que proporcionava intensos debates sobre o processo de democratização.

Soma-se a isso, o aumento dos formados em Ciências Sociais desde o final dos anos setenta, principalmente oriundos dos cursos de licenciaturas existentes nas faculdades privadas, o que favoreceu a emergência de um contingente de profissionais que passaram a ocupar mais espaços no mercado de trabalho. Para além, da ocupação no magistério superior e de 1º. e 2º. Graus (público e privado)<sup>13</sup>, cargos nas administrações públicas, muitos profissionais ocuparam espaços num mercado de trabalho que se ampliava com a abertura de

---

<sup>12</sup> - O pensamento sociológico brasileiro e as Ciências Sociais como um todo, ao lado de outros segmentos acadêmicos ou não, sofrem duramente o golpe militar quando da decretação do Ato Institucional nº 5 (AI5), em dezembro de 1968. Os principais nomes da sociologia no Brasil foram sumariamente aposentados e impedidos de lecionar. Muitos foram exilados, outros se exilaram, passando a publicar seus trabalhos no exterior. Cabe ressaltar a resistência crítica principalmente de Florestan Fernandes e Octavio Ianni que durante o período da ditadura militar produziram obras importantes sobre a reflexão crítica sociológica brasileira.

<sup>13</sup> - Naquela época o licenciado em ciências sociais era autorizado a lecionar as disciplinas de Historia e de Geografia (desde que tivesse na sua formação geografia física) no 1º. Grau, além das disciplinas de OSPB, Elementos de Economia e Geografia Humana e Sociologia no 2º. Grau.

novas áreas nas empresas privadas (propaganda e marketing, treinamento de pessoal, recursos humanos, pesquisas de mercado e de opinião, dentre outras).

Ao lado das questões políticas mais amplas relacionadas ao processo de democratização do país, ganham centralidade as questões específicas da categoria relacionadas ao mercado de trabalho como a regulamentação da profissão de sociólogo, passando a compor uma agenda de discussões de uma categoria ainda em via de formação e de organização que buscava sua própria identidade. Em 1984, o Decreto no. 89.531 regulamentou a Lei no. 6.888, de 1980, reconhecendo legalmente a profissão de Sociólogo e sua área de atuação. Porém, na prática essa legislação se mostrou inócua devido o seu caráter genérico, não definindo com clareza e objetividade as atribuições de competência exclusiva dos sociólogos, o que rendeu muitas críticas por parte do movimento dos sociólogos.

Esse movimento dos sociólogos teve início no final dos anos setenta e resultou da criação de diversas entidades, associações (civil, pré-sindical e sindical) que se multiplicaram ao longo dos anos oitenta, para defender questões específicas como profissionalização, piso salarial e outras. Nesse contexto, em âmbito nacional ganhou destaque a Associação dos Sociólogos do Brasil (ASB), entidade fundada em 1977, que se transformou em Federação Nacional dos Sociólogos (FNS)<sup>14</sup>, em 1988. Os Congressos promovidos por esta entidade foram fundamentais para a organização tanto nacional quanto estaduais dos sociólogos brasileiros. Daí, que no VI Congresso Nacional dos Sociólogos, em Curitiba/PR, no ano de 1986, **a luta pela introdução da Sociologia no 2º. Grau se transformou em bandeira nacional da categoria.** O momento era oportuno devido à elaboração da nova Carta Constitucional do país e os sociólogos engajados e compromissados em suas associações participavam ativamente desse processo, que se desdobrou pelos Estados, no ano seguinte para a elaboração das Cartas estaduais<sup>15</sup>. A estratégia adotada, segundo as condições e

---

<sup>14</sup> - A fundação da Federação Nacional dos Sociólogos foi originada no VII Congresso Nacional da ASB, na Bahia, aceita pela maioria dos congressistas e referenda no Congresso Extraordinário de Natal, RN (de 16 a 19 de julho de 1989), onde se discutiu e aprovou o estatuto da Federação. A FNS teve como sócios fundadores: Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio Grande do Norte; Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro; Sindicato dos Sociólogos de Minas Gerais; Sindicato dos Sociólogos do Estado de Pernambuco; Sindicato dos Sociólogos do Estado do Paraná e Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Ceará. Lamentavelmente não se fizeram presentes as entidades de São Paulo e da Bahia que poderiam ter contribuído para os debates e organização da categoria na ocasião (Federação Nacional dos Sociólogos, Curitiba, 1989). Causa estranheza a omissão desta informação em algumas publicações que visam mostrar a história da sociologia e dos sociólogos no Brasil.

<sup>15</sup> - Cabe destacar nesse processo, o papel desenvolvido pelo Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte que era autônomo e pluripartidário congregando inúmeras entidades e grupos sociais, e participando ativamente da elaboração do texto Constitucional, inclusive em alguns estados brasileiros. Os sociólogos através de suas entidades contribuíram com esse movimento, inclusive com as discussões relacionadas a educação.

circunstancias da época, foi a inclusão da disciplina pelos estados, sem abrir mão da luta para incluí-la em âmbito nacional.

A campanha pela inclusão da Sociologia no 2º. Grau (hoje Ensino Médio) ganhou singularidades nos estados conforme a configuração e correlação das forças políticas no momento e do próprio grau de mobilização e organização dos sociólogos em nível estadual. No Rio de Janeiro, essa campanha teve a frente a Associação Profissional do Estado do Rio de Janeiro, a APSERJ, entidade pré-sindical, nascida em 1982, da antiga Associação dos Cientistas Sociais do Rio de Janeiro, a ACISERJ, entidade civil fundada no ano de 1975<sup>16</sup>. A criação de Sindicato de Sociólogos nos estados era uma outra bandeira de luta da categoria em nível nacional, o que remete a questões relacionadas a capacidade de organização e mobilização da categoria, que segue caminhos diferentes em cada estado.<sup>17</sup>

A APSERJ através do seu Grupo de Educação promoveu uma campanha que desenvolveu varias ações com o objetivo de introduzir a disciplina de Sociologia nas escolas estaduais. A seguir, algumas ações da Campanha pela Volta da Sociologia no II Grau, apresentadas sinteticamente.

Em abril de 1988, ocorreu o II Encontro Estadual dos Sociólogos do Rio de Janeiro<sup>18</sup> como preparação para o VII CNS previsto para acontecer em maio, em Salvador/BA. Neste encontro o Grupo de Trabalho de educação apresentou um conjunto de proposta com o propósito de realizar mudanças significativas para os cientistas sociais no magistério de 1º. 2º. Graus no Estado do Rio de Janeiro, dentre as quais se destacava o encaminhamento da proposta de inclusão da Sociologia, a preparação de um seminário interdisciplinar sobre educação no Estado para levantar sugestões para a Constituinte Estadual rediscutir a permanência ou não da disciplina OSPB.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> - No período áureo da organização dos sociólogos no Estado do Rio de Janeiro (1986 a 1990), a diretoria eleita da APSERJ era formada por Ozeas Gomes Larangeiras (Presidente), Antonio de Ponte Jardim (Vice-presidente), Paula C. Martini T. dos Santos (Secretaria), Maria Helena de Magalhães Mendonça (Diretora Cultural), Mauro Petersem Domingues (Tesoureiro). Na suplência, faziam parte Lindalva Guerra Baz, Gloria Regina Manuel, Regina Cortez de Oliveira e Luiz Sergio da Mata Machado. O Conselho Fiscal era composto por Isabel Picaluga e Luis Carlos Freire. Posteriormente, a entidade entra numa fase de esvaziamento e alguns abnegados assumiram a árdua tarefa de mantê-la funcionando mesmo que precariamente. Destacam-se os diretores que se revezaram ao longo dos anos noventa e seguintes.

<sup>17</sup> - Ser pré-sindical era uma condição necessária na época para formar o sindicato. Em alguns estados as associações civis se transformaram em pré-sindical e, depois, em sindicato. Em outros, o caminho foi o de fundar o sindicato e manter a associação civil (caso de São Paulo). Em alguns casos, como o do Rio de Janeiro, não foi possível criar as condições favoráveis para formar o sindicato. Sabe-se que recentemente foi criado um Sindicato dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro, mas sob questionamentos diversos e acusações que comprometem a legitimidade dessa forma de organização.

<sup>18</sup> - O I Encontro dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro promovido pela APSERJ foi em julho de 1986.

<sup>19</sup> - Naquela época havia uma discussão voltada para a transformação de OSPB numa disciplina de conteúdo programático de ciências sociais. Uma outra discussão mais polêmica era suscitada pelo Parecer 233/87, do Conselho federal de Educação(CFE), cujo relator Pe. Antonio Geraldo apresentada como proposta a transformação das licenciatura de Ciências Sociais em Licenciatura em Estudos Sociais. Esta questão mobilizou

Em outubro do mesmo ano, foi realizado o 1º Encontro de Licenciados do Rio de Janeiro no IFCS/UFRJ, e que reuniu professores e estudantes dos cursos de ciências sociais do Estado para discutir os problemas relacionados as licenciaturas<sup>20</sup>. As questões em torno das licenciaturas em ciências sociais suscitavam polêmicas e envolviam outras áreas como História e Geografia, por exemplo. Além disso, havia no Conselho Federal de Educação um Parecer que apresentava uma proposta de transformar as licenciaturas de ciências sociais em licenciaturas em estudos sociais<sup>21</sup>. Como resultado desse encontro tirou-se como encaminhamento a busca de apoio da opinião pública e dos estudantes secundaristas, dos parlamentares da Assembléia Legislativa, da Secretaria de Educação do Estado (SEE/RJ) e do Conselho Estadual de Educação (CEE/RJ). Aproveitou-se o momento para realizar o lançamento do livro *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*, de Cristina Costa, editora Moderna, direcionado ao ensino de sociologia.

No ano de 1989, o Grupo de Trabalho de Educação da APSERJ<sup>22</sup> deu início a campanha pública “Pela Volta da Sociologia no 2º Grau” através de confecções de botons, camisetas, cartazes, jornal<sup>23</sup> e recolhimento de assinaturas para a apresentação de uma Emenda Popular Aditiva ao Projeto de Constituição do Estado do Rio de Janeiro (nº. 1988). Essa campanha foi o resultado de um esforço coletivo de articulação da APSERJ com os alunos dos cursos de graduação de Ciências Sociais, especificamente os da UFF, UERJ, UFRJ e FEUC. Com um pouco mais de três mil assinaturas a proposta de emenda popular foi apresentada a Subcomissão de Ordem Social da Assembléia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro e defendida oralmente em Plenário, no dia 30 de agosto de 1989, pela professora

---

as entidades de áreas de conhecimentos diversos como ANDES, SBPC, ANPUH, AGB e ASB que reagiram nacionalmente e regionalmente criando grupos de trabalho para analisar essa proposta considerada num contexto mais amplo de um projeto voltada para promover uma reforma no ensino superior, no âmbito das licenciaturas (GERES).

<sup>20</sup> - Na época existiam oito cursos de graduação em ciências sociais no Estado do Rio de Janeiro: três nas universidades públicas (UERJ, UFRJ e UFF), um numa IES confessional (PUC) e quatro em Faculdades privadas (Santa Dorotéia, em Friburgo, Valença, Itaperuna e FEUC), estas últimas, formavam especificamente licenciados e as informações disponíveis indicavam que apenas uma tinha o curso em pleno funcionamento que era a que se localizava no município do Rio de Janeiro, no Bairro de Campo Grande, a Fundação Educacional Campograndense (FEUC).

<sup>21</sup> - O relator do Parecer 233/87, do Conselho federal de Educação (CFE), Pe. Antonio Geraldo Amaral Rosa, apresentou uma proposta a transformação das licenciatura de Ciências Sociais em Licenciatura em Estudos Sociais. Esta questão mobilizou as entidades de áreas de conhecimentos diversos como ANDES, SBPC, ANPUH, AGB e ASB que reagiram nacionalmente e regionalmente criando grupos de trabalho para analisar essa proposta considerada num contexto mais amplo de um projeto voltada para promover uma reforma no ensino superior, no âmbito das licenciaturas (GERES).

<sup>22</sup> O GT em tela era formado por Hebe Goldfeld, Fernando Mota, Letícia de Vincenzi, Moema Toscano, Mauro Pertesem Domingues, Otair Fernandes de Oliveira, Paula C. Martini T. dos Santos e Ronaldo Coutinho.

<sup>23</sup> - Os boletins e o Jornal **Papo de Sociólogo**, publicados pela APSERJ, foram os importantes instrumentos de divulgação de assuntos da categoria no Estado.



Moema Toscano<sup>24</sup>. Chama atenção o fato da apresentação de uma Emenda Aditiva (nº 1379) ao texto constitucional para incluir a sociologia na rede pública estadual de ensino, de autoria do Deputado Constituinte Accácio Caldeira, do PDT. Diante da aprovação por consenso pela bancada parlamentar desta proposta, a APSERJ procurou reforçá-la. Cabe ressaltar o fato de que a APSERJ participou do processo da elaboração do texto constitucional do Estado do Rio de Janeiro como membro integrante junto com outras entidades do Fórum de Educação das Entidades Representativas do Movimento Social<sup>25</sup>, apresentando proposta no Capítulo da Educação.

Com a aprovação da emenda aditiva que consagrou no texto constitucional a inclusão do ensino de sociologia na rede pública estadual de ensino no Estado do Rio de Janeiro, a campanha promovida pelo GT de Educação da APSERJ ganhou nova dimensão redirecionando-se para ações que visavam a implantação da disciplina de forma efetiva. Nesse caminho, a APSERJ buscou junto aos diretores da rede pública estadual de ensino garantir o pedido de vagas para professores de sociologia com o propósito de garantir vagas no concurso público, fato que alcançou êxito no ano seguinte, quando 182 vagas foram abertas no concurso para o magistério público estadual (1990).

A APSERJ participou ativamente dos dois Encontros promovido pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro (CEE/RJ) que tinham como principal finalidade a elaboração de um documento para orientar o posicionamento dos conselheiros diante da necessidade deste órgão normativo pronunciar-se sobre a inclusão do ensino da sociologia<sup>26</sup>. Os debates nesses encontros ocorreram a partir das contribuições oferecidas por várias Instituições de Ensino Superior (IES) que buscaram promover no âmbito de seus departamentos reuniões preparatórias de propostas para esses encontros. Além da APSERJ, apresentaram propostas os Cursos de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal

---

<sup>24</sup> - Além da APSERJ, também patrocinaram a proposta de emenda popular de inclusão da sociologia no 2º. Grau as entidades Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e Centro de Estudos e Pesquisas da Baixada Fluminense (CEPEBA).

<sup>25</sup> - Além da APSERJ faziam parte deste Fórum o Sindicato Nacional Docentes das IES Públicas e Privadas (ANDES), o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE/RJ), o Sindicato dos Profissionais do Município do Rio de Janeiro (SINPRO), a Associação dos Docentes da Universidade do Rio de Janeiro (ASDUERJ), a Associação dos Servidores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ASUERJ), Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DCE/UERJ), a Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB), a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FNEIS), Triângulo Rosa, o Movimento pela Emancipação dos Leigos.

<sup>26</sup> - O Conselho Estadual de Educação e o órgão normativo do sistema educacional do Estado e tem como uma de suas incumbências em nível constitucional fornecer as diretrizes para questões de ensino (Artigo 316, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, 1989). O I Encontro Sobre a Introdução da Sociologia como Disciplina no Ensino Médio ocorreu nos dias 15 e 16 de maio e 1990, o II Encontro foi realizado nos dias 9 e 10 de outubro do mesmo ano.

Fluminense e o Colégio de Aplicação da UFRJ (CAP). Um grupo relator sistematizou as contribuições apresentadas nessas propostas.<sup>27</sup>

A conclusão desse trabalho apontou para a promoção de

(...) novos encontros, nos moldes dos já realizados, tratando de todo o ensino de 2º grau, uma vez que se considerou que a oportunidade de entrada da Sociologia não poderia ser pensada como mais uma disciplina, mas como oportunidade de se rediscutir a própria forma como se encontra concebido esse nível de ensino.<sup>28</sup>

A riqueza desses encontros poderia ser vista nos pontos de vistas teóricos, procedimentos metodológicos diversos através de conteúdos programáticos e indicação bibliográficas variados, apresentados pelos representantes presentes, além de oportunizar a integração entre as universidades e a associação da categoria dos sociólogos no Estado. No entanto, ao longo dos anos noventa, a luta pela sociologia arrefeceu-se tendo devido as dificuldades de mobilizar a categoria o que derivou no esvaziamento da sua principal entidade. Em geral, esse fenômeno atingiu a maior parte dos movimentos sociais em várias partes do país e nacionalmente, o que caracterizava um refluxo das organizações oriundas desses movimento.

No Estado do Rio de Janeiro depois dos encontros promovidos pelo CEE/RJ assistiu-se uma implantação da sociologia de forma lenta e repleta de dificuldades, apesar da sua consagração no texto constitucional. Em 1994, o Colégio Pedro II reestabeleceu a disciplina na sua grade curricular e seguido por algumas poucas escolas privadas, por iniciativa própria. Sabe-se de forma imprecisa que o ensino de sociologia foi declarado inconstitucional e deixado de lado a partir do segundo governo Brizola.

A partir do final da década de 90 a luta ganha sua dimensão nacional, a partir da promulgação da atual Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9394/96, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e do Parecer 15/98 do Conselho Nacional de Educação. Em conjunto, essa legislação reestruturou o Ensino Médio, particularmente na área das Ciências Humanas, estabelecendo os conceitos, os procedimentos e as atitudes provenientes da Geografia, História, Filosofia e da Sociologia que passaram constituir a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Com isso, algumas unidades da federação efetivaram reformas curriculares que

---

<sup>27</sup> - O Grupo Relator era composto por João Trajano de Lima Sento-Sé (CAp/UFRJ), Luitgard Oliveira Cavalcanti Barros (UERJ), Maria Lucia Martins Pandolfo (PUC/RJ e CP2), Mauro Petersem Domingues (APSERJ), Santo Conterato (UFF) e Vera Pereira (IFCS/UFRJ).

<sup>28</sup> - Documento Final dos Encontros Sobre a Introdução da Sociologia como Disciplina no Ensino Médio. In CONTERATO, Santo (Org.). *A Profissão de Sociólogo e a Sociologia no Ensino Médio*. Rio de Janeiro: APSERJ, 2006.

incluiram a Sociologia como disciplina obrigatória. Porém, faz-se necessário ressaltar a lentidão e as incongruências desse processo em nível nacional que exigiu uma concentração de esforços de profissionais e estudantes de todo país através de suas organizações nacionais tendo a frente a Federação nacional dos Sociólogos (FNSB) numa batalha junto ao Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação e ao Congresso nacional na busca da concretização da bandeira da categoria. Com a junção da luta pela Filosofia em nível nacional, veio o êxito com o estabelecimento da obrigatoriedade do ensino da Sociologia nas escolas públicas e privadas de todo país depois de vinte anos de uma trajetória conturbada.

Em suma, a luta pela volta da sociologia ocorreu de diferentes maneiras com estratégias distintas: por lei estadual e agora federal, por via administrativa (quando a Secretaria de Educação decide a questão), por via dos vestibulares, pela mobilização dos cursos em suas regiões. Há casos de municípios e escolas que introduziram a disciplina no Ensino Fundamental e no Ensino Supletivo.

#### **4 – Questões teóricas e metodológicas no ensino da sociologia: alguns apontamentos**

Muitas foram as questões tanto teóricas quanto metodológicas suscitadas nos embates sobre a inclusão da sociologia no ensino médio. Na impossibilidade de tratar tais questões com a profundidade merecida, nos limitaremos aqui apresentá-las de forma pontual e sucinta. Em primeiro lugar, era consenso de que a implantação da sociologia não era uma pura e simples adição de uma disciplina ao sistema de ensino, mas de introdução de uma disciplina capaz de instrumentalizar a reflexão necessária sobre a adequação do modelo educacional existente no ensino médio. Em segundo lugar, dentre os objetivos da matéria, o principal era contribuir para a formação do aluno a fim de que o mesmo pudesse construir e exercer a cidadania, no seu sentido amplo. Para tanto, a disciplina deveria contribuir para recuperar a dimensão humanística no ensino médio e fornecer instrumental de reflexão e análise crítica que visasse uma melhor compreensão da realidade social em que o aluno está inserido e para além desta. A consideração de uma relação interdisciplinar entre a sociologia e outras áreas de conhecimento para a análise dos fatos e da sociedade era outro ponto ressaltado nos debates, além da criatividade didático-pedagógica do professor de maneira que se evitasse trabalhar com o público juvenil uma sociologia clássica aos moldes do ensino acadêmico nas universidades.

Em geral, a posição se resume no fato de entender que o conhecimento sociológico aplicado no ensino médio não deva ser meramente instrumental e mecânico. Daí, ser de

fundamental importância a indagação **para que servem as ciências sociais?** junto aos jovens. O ponto de partida era o princípio de que a compreensão da aplicabilidade do conhecimento como um processo de apropriação reflexiva nos coloca a viabilidade de uma Sociologia interessante para os alunos, na medida em que permita a análise de seus projetos de construção do “sujeito” e ao mesmo tempo, fundamenta o exame e a mudança das práticas sociais nas quais estão envolvidos.

Os problemas suscitados pelo debate apontavam para a necessidade da reestrutura dos cursos de licenciatura em ciências sociais vistos sob críticas de um esvaziamento tanto teórico quanto metodológico. A adequação desses cursos para o ensino de sociologia no ensino médio e a criação de programas permanentes de atualização de professores de sociologia, inclusive em nível de pós-graduação (especialização, aperfeiçoamento ou atualização) eram indicados como emergenciais em face à demanda crescentes por professores de sociologia. Na prática, os problemas enfrentados por esses professores foram e ainda são muitos e de diversas complexidades quando em sala de aula.

Importante lembrar que inicialmente a disciplina de sociologia foi estabelecida no currículo do Ensino Médio, a partir de uma reforma curricular que refletiu a mudança de uma concepção do papel social da educação centrada na cidadania, hegemônica na década de 80, para uma educação centrada na competitividade, modelo da sociologia funcionalista norte-americana. Ao mesmo tempo observa-se mudanças relacionadas às transformações no mundo do trabalho, aos novos processos societários advindos das novas tecnológicas e na forma de produção e apropriação do conhecimento que, nas últimas décadas, também tiveram implicações na forma de produção e ensino do conhecimento sociológico.

## **5 – Considerações finais**

A luta recente pelo retorno do ensino da sociologia no ensino médio brasileiro seguiu uma trajetória conturbada e com dificuldades, ao ponto de que somente vinte anos depois a disciplina é implementada de forma obrigatória no currículo nas escolas públicas e privadas no país. No Estado do Rio de Janeiro isso aconteceu em 1990 quando da promulgação da Constituição Estadual, mas sua implantação seguiu caminhos tortuosos e acidentados. O fato de ser uma luta associada a profissionalização da sociologia abriu feridas e criou cisão entre os cientistas sociais. Tínhamos dois grupos: um considerado “sociólogos acadêmicos” e defendiam a sociologia como área de conhecimento científico, em geral, localizados nas universidades públicas e nos principais centros de pesquisas; e outro grupo constituído pelos

formados em ciências sociais e ocupavam espaços tradicionais na administração pública (assessores, administradores, analistas, pesquisadores, entre outras denominações genéricas) e novos espaços no mercado de trabalho (empresas privadas, ongs, partidos políticos, dentre outros)<sup>29</sup>, chamados de sociólogos “não acadêmicos” ou “técnicos” e defendiam a profissionalização. Ambos os grupos tinham as suas respectivas entidades representativas de classe: Associações de docentes, no caso dos professores universitários e pesquisadores; e Sindicatos ou Associações profissionais, no caso dos técnicos. Em nenhum destes casos, portanto, a APSEJ era a entidade de representação.

Apesar desta divisão de práticas e interesses, esses últimos levantaram a bandeira da organização profissional, regulamentação da profissão e retorno da sociologia ao ensino médio. Este, apoiado por alguns professores universitários.

Os desafios para o professor de sociologia no ensino médio não são poucos, o que deve levá-los a repensar suas práticas em sala de aula. Essas práticas tem como base as referências dos documentos curriculares oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, que propõe que o ensino da Sociologia em conjunto com a Ciência Política e a Antropologia, de maneira que permita ao educando desenvolver as seguintes competências e habilidades (PCNEM/MEC, 1999, p.85):

**a) Representação e comunicação**

- Identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum.
- Produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas.

**b) Investigação e compreensão**

- Construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a “visão de mundo” e o “horizonte de expectativas”, nas relações interpessoais com os vários grupos sociais.
- Construir uma visão mais crítica da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa, avaliando o papel ideológico do “marketing” enquanto estratégia de persuasão do consumidor e do próprio eleitor.
- Compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais, agindo de modo a preservar o direito à diversidade, enquanto princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual.

**c) Contextualização sócio-cultural**

- Compreender as transformações no mundo do trabalho e o novo perfil de qualificação exigida, gerados por mudanças na ordem econômica e social.
- Construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos.

---

<sup>29</sup> - Como novos espaços de atuação dos sociólogos nos anos oitenta encontramos as áreas de propaganda e marketing, de treinamento de pessoal, de recursos humanos, pesquisas de mercado e de opinião, dentre outras.

Com tudo isso, deixamos as perguntas: quais são as condições externas e internas de um trabalho efetivo desse professor em sala de aula? Em que condições e como estão sendo formados os professores de sociologia frente as transformações da economia e da sociedade?

## 6 – Referencias bibliográficas

APSERJ. *Jornal papo de sociólogos* – várias edições

\_\_\_\_\_. *Boletins informativos* – varias edições

ASCIUTTI, Cacilda. *O mercado de trabalho para o sociólogo: antigos e novos espaços*. São Paulo: IADES, 1988.

ARRUDA, Maria Lucia de A. *Historia da educação e da pedagogia: geral e do Brasil*. 3ª. ed. Ver. E ampl. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL, PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 89.531 de 05 de abril de 1984: regulamenta a Lei 6.888, de 10/12/1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo e dá outras providências.

BRASIL, *Lei de diretrizes e bases da educação nacional: lei 9394*. Brasília, DF, 1996.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. (Org.). *Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio* Ijuí/RS: Ed. Unijuí, 2004.

CONTERATO, Santo (Org.). *A Profissão de Sociólogo e a Sociologia no Ensino Médio*. Rio de Janeiro: APSERJ, 2006.

COSTA, Cristina. *Sociologia: introdução a ciência da sociedade*. 3ª. Ed. São Paulo: Moderna, 2005.

MARINHO, Marcelo Jacques Martins da. *A profissionalização da sociologia no Brasil*. Dados Revista de Ciências Sociais, Vol. 30, no. 2. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – *Parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio*. Brasília, MEC, 1999 – Ciências Humanas e suas Tecnologias V.4

OLIVEIRA, Dalta Motta de. *A pratica pedagógica dos professores de sociologia: entre a teoria e a pratica*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Educação da Universidade Estácio de Sa, 2007 (mimeo).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *Historia da educação no Brasil: 1930/1973*. Petrópolis/RJ, 1978

SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. *Reorientação curricular, Livro III, Ciências Humanas: sucesso escolar*, 2006.

SINDICATOS DOS SOCIÓLOGOS DO ESTADO DO PARANÁ. Anais do VI Congresso Nacional dos Sociólogos: o sociólogo e a constituinte, Curitiba/PR, de 06 a 09 de julho de 1986.